

Reflexões Sobre o Vaticano, os Judeus, e a America Latina Durante a II Guerra Mundial

AVRAHAM MILGRAM

Yad Vashem — Jerusalem

A atitude do Vaticano e do Papa Pio XII com respeito aos judeus durante a Segunda Grande Guerra foi objeto de uma vasta polêmica historiográfica iniciada por ocasião da publicação da obra de Rolf Hochhuth *O Vigário*.¹ Acusado e criticado, o Vaticano decidiu publicar sua coleção de documentos diplomaticos relativo aos anos 1939 a 1944, o que normalmente seria feito após 75 anos da sua emissão. As circunstancias coagiram o Vaticano a reabilitar sua imagem e provar, através de sua documentação, o quanto foi feito em prol das vítimas.² Historiadores, servindo-se da correspondencia do Vaticano, chegaram a conclusões divergentes quanto ao papel do Papa e de seus representantes durante a guerra.³

A pesquisa histórica ao focalizar intensamente o silencio do Papa e a neutralidade do Vaticano durante o Holocausto, relegou a segundo plano e até ignorou assuntos importantes como o potencial de salvação oferecido pelos países latinoamericanos. A America Latina – distante da guerra, profundamente católica, neutra a princípio e pró países aliados posteriormente – oferecia vantagens reais a um Estado como o Vaticano cuja preocupação pelo destino das vítimas do racismo era essencial a sua razão de ser. Este trabalho se propõe a demonstrar a natureza desta preocupação. Em que medida o potencial acima mencionado era real ou ilusório, o que o Vaticano fez e deixou de fazer em prol das vítimas, e finalmente, que conclusões novas podemos acrescentar a historiografia do Vaticano daquê período. Estas questões serão analisadas ao focalisarmos quatro aspectos que dizem respeito ao Vaticano e a salvação de judeus através dos países latinoamericanos. Pela ordem que segue neste trabalho: (1) a questão dos 3000 vistos brasileiros destinados a judeus batisados da Alemanha (2) o projeto de imigração de religiosos alemães para a America Latina (3) o Vaticano e as lideranças judaicas da America do Sul –imagem e realidade (4)

os esforços em prol dos judeus detidos no campo de concentração de Vitel, no nordeste da França.

A questão dos 3000 vistos brasileiros

A famigerada 'Noite dos Cristais' ocorrida entre 9 e 10 de novembro de 1938 foi o estímulo que impeliu a autoridade papal a tomar uma atitude em favor das vítimas do nazismo.⁴ O Vaticano só se preocupou pelos judeus batisados, os quais, considerados membros efetivos da Igreja católica necessitavam urgentemente abandonar o Reich alemão.⁵

Em 31 de março de 1939, dois importantes líderes do catolicismo alemão, o Arcebispo de Munich Faulhaber e o bispo de Osnabruck Berning, apelaram ao recém eleito Papa Pio XII solicitando-lhe que obtivesse do presidente do Brasil uma concessão especial de 3000 vistos destinados a católicos não arianos da Alemanha.⁶ Apesar que o Conselho de Imigração e Colonização⁷ opôs-se a receber esta gente, o presidente Getulio Vargas e Oswaldo Aranha decidiram não contrariar a vontade do Papa.⁸

O deferimento acima, o qual serviu de catalisador aos esforços diplomáticos do Vaticano, suscitou tamanho otimismo no sucesso da causa que nada além foi feito no âmbito dos países latinoamericanos afim de aumentar o seu *marketing* de auxílio. Somente a Sociedade São Raphael, os patronos da causa na Alemanha, haviam percebido a necessidade de buscar outra alternativa no caso do Brasil decepcionar.⁹ O Vaticano, ingenuamente, gastou toda sua munição diplomática na alternativa brasileira.¹⁰ Porém não tardou muito até o governo brasileiro expor as primeiras dificuldades de uma longa série visando a negação dos vistos especiais.

Primeiramente exigiram dos batisados que viessem providos de uma quantia de dinheiro a qual eles obviamente não possuíam pois haviam sido vitimados pela política de arianização do regime nazista¹¹; mais tarde opuseram-se a aceitar famílias mixtas nas quais um dos cônjugues era judeu.¹² Ao chegarem os primeiros imigrantes no Brasil surgiu a suspeita quanto a origem legal dos seus certificados de batismo e assim por diante.¹³

Mas não só o Brasil fazia problemas em aceitar judeus, batisados ou não. O ambiente hostil a esta gente nos países latinoamericanos era mais complexo do que poderia parecer a primeira vista e a correspondência do Vaticano refletiu esta problemática. Em junho de 1939 o nuncio Bernardini de Berna informou a Maglione, secretario de Estado do Vaticano, das dificuldades em obter vistos latinoamericanos para refugiados católicos de origem judaica, solicitando-lhe portanto que interviesse junto aos governos destes países.¹⁴

O encarregado de assuntos apostólicos em La Paz, Taffi, sem esconder seu desdém particular pela imigração judaica a Bolívia, discorreu sobre os

problemas e escândalos públicos a que estavam envolvidos nesta imigração altos funcionários do governo, o ministro do exterior e diversos consules. Taffi, que não discriminou judeus de judeus batizados, concluiu que, devido a publicidade e a grande penetração do elemento judaico na Bolívia, seria prudente esperar por outra ocasião afim de auxiliar os católicos de origem judaica.¹⁵ O nuncio Laghi de Santiago descreveu a Maglione uma situação muito semelhante aquela descrita por Taffi de La Paz. Fazendo eco a argumentos antisemitas locais deu a entender que a época era desfavorável a vinda de mais pessoas desta origem.¹⁶ O governo da Venezuela por sua vez dispunha-se a aceitar refugiados não arianos desde que pertencessem a categoria de agricultores ou artífices.¹⁷

Se estas atitudes refletiam crises e antisemitismo vigentes nos países latinoamericanos, não é de surpreender portanto, a falta de respostas ao apelo do Vaticano (de janeiro de 1939) em pról dos judeus convertidos.

O período de 1939-1940 configurava-se portanto pelo silêncio da maioria dos nuncios apostólicos, pela atitude hostil dos nuncios de La Paz e de Santiago, pelos esforços diplomáticos do Vaticano em pról dos 3000 judeus batizados, pela oposição que ia e crescia contra os não arianos no Brasil e pela objeção, na maioria dos países latinoamericanos, a toda imigração que não se destinasse a lavoura ou a indústria.

Nos últimos meses de 1940, a probabilidade que fossem concedidos vistos aos católicos não arianos mostrava-se mais remota do que nunca. Em Berlim, o embaixador Ciro de Freitas Vale, antisemita convicto, opunha-se categoricamente a qualquer concessão¹⁸ causando na liderança católica alemã um mal estar de fracasso e frustração. A preocupação de alguns líderes católicos não era tão só pelas vidas humanas em questão como pelo bom nome católico e pelo prestígio dos bispos alemães e o da Santa Sé. Eles tinham plena consciencia de que as organizações judaicas obtinham vistos para os refugiados judeus coisa que o Vaticano não realizava obter para seus batizados.¹⁹

Em dezembro de 1940, líderes católicos da Alemanha sugeriram a Maglione que solicitasse vistos a outros países da America Latina para sair do impasse criado.²⁰ A resposta, a qual consta das notas da secretaria de Estado do Vaticano, dizia "não ser oportuno solicitar aos países latinoamericanos vistos a católicos não arianos pois tal passo estaria fadado ao insucesso".²¹ Esta opinião aceita por Maglione demonstra portanto que (1) a decisão de não tentar obter vistos em outros países foi motivada por considerações de *raison d'état* e diplomacia internacional desconsiderando totalmente os aspectos morais, religiosos e humanitários da questão. (2) A imagem que o Vaticano tinha de si refletia impotencia, frustração e ressentimento pelos resultados quase nulos em países constituídos por maioria de católicos. Nas notas da

secretaria acima mencionadas constam as seguintes informações: a) "com grande dificuldade que os representantes da Santa Sé na America Central e Meridional obtiveram alguns vistos em casos especiais" b) ao nuncio da Guatemala e de São Salvador foi dito "que não era possível fazer execução as leis vigentes relativas a imigração de não arianos..." c) em outras republicas (Bolívia e Chile) foi suspensa toda imigração aos não arianos".²² (3) O Vaticano recebeu passivamente o veredito dos países que rejeitaram refugiados com atestados de batismo na America Latina. O Vaticano podia haver contestado apelando a sua prerrogativa de Estado que pretendia defender seus protegidos ou acionando a autoridade Papal num assunto que dizia respeito aos princípios universais da igreja. O Vaticano abdicou tanto de uma como de outra de suas prerrogativas. Sòmente 1000 vistos foram liberados do total da cota especial concedida pelo govêrno brasileiro ao Papa. Trata-se dos vistos que estavam em poder do embaixador Hildebrando Accioly em Roma. Os 2000 restantes foram congelados pelo embaixador em Berlim. A autoridade do Papa e os esforços diplomáticos do Vaticano não foram suficientes para salvar 2000 judeus batisados da Alemanha.

O projeto de imigração de religiosos alemães para a America Latina

As agressões e violencias cometidas na Alemanha, nos primeiros anos da guerra, contra o clero católico e suas instituições religiosas sociais e culturais demonstraram a fragilidade e a ineficácia da política de neutralidade do Papa Pio XII.

Maglione relatou detalhadamente a vários nuncios, entre os quais da Argentina e Brasil, sòbre os desastrosos efeitos físicos e espirituais causados pelo paganismo anti-cristão nazista.²³

Em consequencia destas ocorrencias a estrutura social e economica da qual dependiam dezenas e centenas de membros da igreja católica na Alemanha desarticulou-se. O arcebispo Grober de Fribourg escreveu ao Papa a respeito acrescentando que muitos dêles encontravam-se na iminencia de abandonar a ética cristã em busca de soluções existenciais fora do âmbito eclesiastico. Segundo Grober, a solução era fazê-los imigrar a países católicos como Espanha, Portugal e os da America Latina.²⁴ A saída dêstes religiosos, segundo o autor do apelo, seria coroada de sucesso se êstes países solicitassem a vinda dêles pois a Alemanha não permitia que abandonassem o território alemão.

O cenário dêste capítulo assemelhava-se ao do anterior com a diferença fundamental que êstes religiosos não se encontravam numa situação de vida ou morte como os judeus alemães que nos últimos meses de 1941 começaram a ser deportados a regiões da Europa Oriental. A situação obrigava a uma

defesa dos interesses legítimos da igreja católica alemã e de seus adeptos, atitude que o Vaticano não tomou em momento algum durante a guerra nem mesmo para defender a Igreja e o clero católico na Polónia das tremendas violações cometidas pelos nazistas.

A iniciativa de ajudar os religiosos católicos e os judeus convertidos da Alemanha veio da parte do clero alemão que acreditava no prestígio do Vaticano e em sua capacidade diplomática para concretizar soluções propícias.

Este *affair* que iniciou-se nos últimos meses do ano 1941 teve curta duração. A entrada dos Estados Unidos na guerra não só modificou o quadro das relações diplomáticas entre os países latinoamericanos e as potências, como diminuiu respeitavelmente o potencial de auxílio aos católicos da Alemanha. Semelhante a peças de dominó, a maioria dos países latinoamericanos alinharam-se em favor dos EUA cortando suas relações diplomáticas com a Alemanha.

As respostas negativas transmitidas pelos nuncios da Venezuela²⁵, Peru²⁶ e demais países latinoamericanos –aos apelos de ajuda de Maglione– refletiram os limites de ação do Vaticano e a "disfunção" de imigrantes movidos por razões religiosas, políticas ou raciais, judeus ou não, em países cuja política interna era concebida como baluartes intransponíveis mesmo a potências espirituais ou militares.²⁷

O Vaticano e as lideranças judaicas da América do Sul

Nos meses junho-julho de 1942 o movimento clandestino polonês e representantes de organizações judaicas da Suíça transmitiram ao mundo livre informações precisas sobre o processo de assassinato em massa de judeus na Polónia e nos territórios da União Soviética²⁸, fatos que passaram a ser conhecidos nos países aliados.

Na cidade do Vaticano o embaixador brasileiro Hildebrando Accioly tomou a iniciativa de pressionar o Papa a tomar uma atitude em favor das vítimas conforme consta do telegrama enviado pelo representante americano junto da Santa Sé ao Departamento de Estado:

"Ontem o embaixador do Brasil junto da Santa Sé veio ter comigo para perguntar se eu estaria disposto a juntar-me a uma diligência combinada (não coletiva, mas simultânea) para persuadir o Papa a condenar publicamente e em termos específicos as atrocidades nazistas nas regiões ocupadas pelos alemães. O Senhor Accioly disse-me que já tinha recebido as instruções necessárias do seu governo para tomar parte em tal

diligencia e que tentava obter a cooperação dos representantes da Grã-Bretanha, da Polónia, da Bélgica, da Jugoslavia e de tantos países sul americanos quanto possível".²⁹

No telegrama de 6 de outubro de 1942 o Departamento de Estado era informado que outros países da América Latina se juntaram a iniciativa do embaixador brasileiro, porém não havia unanimidade no Vaticano quanto a sensatez da diligencia do embaixador do Brasil, ou seja, a Santa Sé ainda estava convencida que uma denuncia aberta seria contra producente.³⁰

O silencio do Papa, na época em que os refugiados judeus da França não ocupada eram deportados, coagiu o nuncio Valeri da França a justificar esta atitude aos diplomatas sul americanos:

"I have not even neglected at various times to make it known, especially to South American diplomats, that it is not true that the Holy See is enveloped in silence in the face of such inhuman persecution because many times the Holy Father has made the clearest allusion to condemn it, while on the other hand, the danger of new rigors and an extension of the draconian regulations to other parts of Europe, as, for example, Italy and Hungary, can induce him to prudent delay and enlightened reserve".³¹

O envolvimento dos diplomatas sul americanos com o que ocorria nos territórios conquistados fica confirmado pela documentação acima. Resta portanto investigar que delegações diplomaticas estavam envolvidas, a que nível de envolvimento chegaram, o que foi transmitido a seus ministérios, e em que medida a consciencia dos fatos influenciou ou não —estas representações e seus govêrnos— na maneira de encarar a questão judaica.

A idéia, segundo a qual, uma atitude crítica e severa por parte do Papa era necessária para aliviar a situação das vítimas ou influenciar nos eventos era comum tanto a diplomaticos como Hildebrando Accioly como a diversas lideranças comunitárias judaicas da America Latina.

No mês de dezembro de 1942, quando os planos e os fatos sôbre o extermínio do povo judeu tornaram-se publicos³² vários telegramas solicitando a intervençã do Papa em favor do judaismo Europeu foram enviados pelas comunidades judaicas da Costa Rica, Bogotá, La Paz, Potosi, Manágua e México.³³ A resposta que encontramos nas notas da Secretaria de Estado encarregava os delegados apostólicos a responderem oralmente que "a Santa Sé faz aquilo que pode..."³⁴ Este tipo de postura que nos parece cínica a primeira vista é um exemplo do que veio a fornecer razões a polêmica

originada no pós guerra quanto ao papel do Vaticano. Os críticos do Vaticano alegaram que a Santa Sé poderia ter feito mais do que fez enquanto que os defensores alegaram que nas circunstancias criadas por uma guerra total, sem escrúpulos morais qualquer atitude advinda do Papa seria na melhor das hipóteses ignorada.³⁵

Quando o exército alemão invadiu a Itália citiando a cidade do Vaticano em 1943, certas lideranças judaicas da América do Sul viram-se na obrigação de expressar palavras de simpatia e adesão em consideração ao que estas lideranças acreditavam ter o Papa feito em prol dos judeus.

Uma breve citação destas cartas será suficiente para demonstrar a que nível de alienação, desconhecimento de causa e incapacidade de avaliação da realidade chegaram estes líderes; Samuel Goren, presidente do Comitê Representativo da Coletividade Israelita do Chile, transmitiu ao nuncio o seguinte texto publicado no *El Diario Ilustrado* de 3 de outubro:

"...En estos trágicos días, nuestra mente evoca la elevada figura del Sumo Pontífice, Su Santidad Pío XII, probado defensor de la causa de los perseguidos y en especial de millones de hermanos europeos nuestros que son víctimas inocentes de inhumanas masacres y crueles vejámenes...."³⁶

As vezes bastavam simples boatos acerca de intervenções favoráveis da igreja católica e do Papa em favor dos judeus franceses³⁷ para que causassem demonstrações de agradecimentos de parte de líderes comunitários, verdadeiros disparates, como a do Chile, alimentando erroneamente imagens que aludiam ao Papa feitos jamais realizados.³⁸

A carta assinada por Elias Seroussi, presidente do Comitê Central Isarelita do Uruguay, e pelo secretario Roman Grutfreid, se bem que mais moderada do que a anterior, expressa a mesma imagem desvirtuada de Pio XII como defensor da causa dos judeus perseguidos:

"...A Coletividade que representamos tem acompanhado sempre com a maior indignação a notícia, mais ou menos digna de fé, sobre a situação do Vaticano e da augusta pessoa de Sua Santidade, quando a guerra aproximou-se dos confins do Estado Pontificio; e do íntimo do coração os israelitas do Uruguay pedem chegar logo a notícia que assegure o fim do perigo que ameaça Sua Santidade Pio XII, ardente defensor da causa daqueles que são perseguidos injustamente, os quais, com a sua altíssima influencia, tem ajudado muitas vezes os nossos infelizes irmãos da Europa".³⁹

E por último a carta de Salomon Graitzer, presidente do Círculo Israelita de La Paz transmitida ao nuncio:

"Por la presente nos cumple manifestarle el profundo y más sincero agradecimiento de todos nuestros connacionales radicados en Bolivia por la generosa contribución de Su Santidad Pío XII y damas de la nobleza italiana para el rescate de nuestros hermanos italianos, capturados por los nazis como rehenes. Quedaríamos sumamente agradecidos a Su Excelencia por transmitir este nuestro agradecimiento al Sumo Pontífice y a todas las autoridades católicas por el generoso gesto que han tenido en bien de un grupo de nuestro martirizado pueblo".⁴⁰

Impressionante a contradição entre a imagem criada pelas lideranças judaicas a respeito de um Papa humanitário, militante e defensor dos judeus em contraposição a realidade personificada na figura impotente de Pio XII que nada fez para salvar judeus e pouco sucesso teve no auxílio a seus adeptos cristãos de origem judaica ou sequer cristãos.

O Prof. Haim Avni, num estudo pioneiro, sublinhou uma série de questões a serem investigadas quanto a liderança judaica durante o Holocausto.⁴¹ Seria mister investigar, também, o confronto destas lideranças com a realidade do extermínio judeu. Quem, quando e o que foi informado? O que foi compreendido? Qual foi o sentido das suas reações?

O Vaticano e os esforços em pról dos judeus de Vittel

Em 1943, os alemães decidiram concentrar judeus polonêses beneficiados de papéis consulares latinoamericanos em campos especiais a fim de serem trocados por cidadãos alemães confinados em países aliados e neutros.⁴² Trocas de prisioneiros haviam sido feitas entre a Alemanha e a Grã Bretanha em 1943 e 1944 envolvendo inclusive algumas centenas de judeus no total dos prisioneiros trocados.⁴³ A denúncia da emissão ilegal de centenas de passaportes sul americanos, além de causar a demissão de consules de carreira⁴⁴ e enfraquecer drasticamente êste meio de salvação, levou os alemães a duvidarem da credibilidade e reconhecimento dêstes documentos, o que conseqüentemente significaria um veredito de morte a seus beneficiários. Os alemães estariam dispostos a participar desta farsa desde que houvessem margens reais a possíveis negociações de troca. Em contraposição, a diminuição do valor artificial atribuído aos *untermensch*, no caso dos documentos serem anulados, ocasionaria a morte certa de seus portadores.

Os países latinoamericanos em guerra contra a Alemanha, mantinham

algumas centenas de cidadãos alemães detidos fato que valorizou o sentido e o propósito da troca⁴⁵ pelo menos na teoria, pois restava saber se estes países também estavam dispostos a efetuar a troca e aceitar indivíduos, os quais, ilegalmente, tornaram-se cidadãos destes países.

O receio transformou-se em ameaça, quando os alemães se deram conta que países como o Paraguai deixaram de reconhecer tais passaportes. Somente a intervenção de organizações judaicas junto aos governos aliados e ao Vaticano foi capaz de reverter a situação.

Conforme já vimos em outras circunstâncias, o Vaticano continuava a gozar da reputação de poder influir nos países dos quais dependia a sorte de centenas de prisioneiros "latinoamericanos".⁴⁶

Estes países, ao responderem ao apelo do Vaticano, ofereceram renovadas perspectivas aos esforços de salvação, pois o Paraguai, Chile, Bolívia, Nicaragua e Costa Rica responderam que reconheceriam os passaportes emitidos. Em contraposição, o Brasil e o Uruguai ao responderem evasivamente estariam na prática adotando a mesma atitude negativa que tiveram países como Peru, Cuba, Guatemala e Salvador.⁴⁷

Provavelmente a atitude positiva de certos países latinoamericanos se deve mais as ações diplomáticas das potências aliadas do que a influência do Vaticano.⁴⁸ Porém, quando as negociações visando efetivar a troca dos prisioneiros chegou a seu auge em abril de 1944 os alemães decidiram pela deportação dos judeus de Vittel para Auschwitz. Em 18 de abril de 1944 saiu o primeiro transporte com 163 judeus portadores de passaportes latinoamericanos com direção a Drancy e de lá em 29 de abril com destino a Auschwitz. Um segundo transporte saiu de Vittel no mês de maio com idêntico destino.

A investigação acadêmica, até hoje, não foi capaz de responder que motivos teriam levado os alemães a desistirem de efetuar o intercâmbio uma vez que os documentos latinoamericanos foram oficialmente reconhecidos.

O envolvimento diplomático do Vaticano neste *affair* foi em grande parte produto da atividade militante e solidária do nuncio Philippo Bernardini em Berna o qual insistiu veementemente com Maglione e com os governos da Suíça e Espanha (representantes dos países latinoamericanos junto a Alemanha) em prol dos detidos em Vittel.⁴⁹ O papel do Vaticano foi secundário não só por não ter tratado diretamente com as instâncias nazistas, mas devido a que os membros da secretaria de Estado do Vaticano descreditavam a priori de qualquer sucesso. As notas da secretaria de Estado do mês de abril de 1944 demonstram cabalmente a mentalidade derrotista de seus membros a ponto de conscientemente evitarem reiterar esforços ou iniciativas tomada por outros. Nas notas acima encontramos frases representativas deste modo de agir:

- a) "Não creio que seja útil nem oportuno participar a Nunciatura de Berlim: não se obterá nada e talvez agravar-se-á a posição dos tais judeus de Vittel e também a mui delicada posição do mons. nuncio..."
- b) "Não me parece oportuno novamente interessar as nunciaturas sul-americanas: já foi feito suficiente no propósito".⁵⁰

Eventualmente os membros da secretaria de estado tinham razões para pensar desta forma pois seus esforços em pról das vítimas revelaram seus limites e deficiências desde o início da guerra. Suas ações tiveram parcial sucesso no que tange a cota especial dos 3000 convertidos e nenhum resultado na ajuda aos cristãos alemães e aos judeus detidos no campo de concentração de Vittel. A crítica ao Vaticano durante a guerra não se deve ao fracasso nestas ações humanitárias. Conforme foi descrito neste trabalho as chances para o sucesso estavam além das capacidades da Santa Sé num contexto histórico cuja influencia era mínima ou nula. A ideologia e a prática nazista, a dinâmica de uma guerra total, a inexpressão política do Vaticano nos parâmetros militares, a defasagem entre a qualidade de mão de obra disponível (refugiados indesejáveis) e a procura de *bons* emigrantes (agricultores e técnicos) na maioria dos países latinoamericanos foram somente alguns dos fatores mais importantes que contribuíram a marginalidade do Vaticano no período da guerra.

Interessante notar que a documentação oficial do Vaticano, originalmente publicada para provar o quanto foi feito no âmbito humanitário, pôs a descoberto os aspectos negativos dos eclesiásticos envolvidos. Os documentos citados neste trabalho demonstram a facilidade pela qual Maglione e demais membros da cúpula do Vaticano aceitaram a apatia e a aversão de vários governos pelo destino dos refugiados. Derrotismo, negligência e indiferença no trato dos assuntos analisados particularizaram atitudes dos membros da Santa Sé e de certos nuncios com raras exceções. Basta dizer que o Papa e o Estado do Vaticano jamais tomaram iniciativas humanitárias, o envolvimento da Santa Sé foi um produto de iniciativas tomadas por personalidades ou instituições católicas. O Vaticano preocupado por seu prestígio criou ilusões infundadas a respeito de suas capacidades. O Vaticano poderia ter feito mais do que fez independente dos resultados os quais eram função da complexa realidade política e militar criada pela eclosão da guerra.

NOTAS

1. HOCHHUTH, Rolf, *O Vigário*, trad. e intr. de João Alves dos Santos, São Paulo, Edit. Grijalbo, 1968.
2. Actes et Documents du Saint Siège Relatifs à la Seconde Guerre Mondiale, editados por

- Pierre Blet, Robert A. Graham, Angelo Martini, Burkhard Schneider, Città del Vaticano, Lib. Edit. Vaticana, 1972-1976 (daqui em diante citaremos pela sigla *ADSS*).
3. Veja CONWAY, John S., "Records and Documents of the Holy See Relating to the Second World War", in *Yad Vashem Studies* XV, Jerusalem, 1983 pp. 327-347, partidário da linha moderada, sugeriu reavaliar a atuação de Pio XII a luz da complexa realidade histórica ao passo que MORLEY, John F., *Vatican Diplomacy and the Jews During the Holocaust 1939-1943*, New York, Ktav Pub., 1980, foi categórico e crítico em relação ao Sumo Pontífice e seus embaixadores.
 4. Não era algo novo o fato do Vaticano relacionar-se aos judeus batizados como vítimas do nazismo, êste antecedente havia sido estabelecido nos dias do Papa Pio XI; veja a respeito LEWY, Guenter, "The Role of the Papacy in the Jewish Question", in *The Papacy and Totalitarianism Between the Two World Wars*, ed. by Charles F. Delzell, New York, 1974, p. 64.
 5. Em 30/11/38 Pacelli, secretario de Estado do Vaticano e aquêle que seria eleito o Papa Pio XII, enviou uma circular-telegrama a 18 de seus representantes, dos quais 7 localizados em países latinoamericanos (Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Colombia, Cuba e Costa Rica) em favor dos judeus convertidos, e em 9/1/39 recomendou a criação de comitês católicos de assistência a esta gente. Veja *ADSS*, vol. VI, pp. 49-50.
 6. O *background* dêste assunto foi descrito e analisado na tese de mestrado do autor destas linhas. Veja o item b do cap.II "Os primeiros contatos entre o Vaticano e o govêrno brasileiro", in *O Brasil e a Questão dos Refugiados Judeus Durante a Segunda Guerra Mundial*, Universidade Hebraica de Jerusalem, 1989.
 7. Órgão instituído pelas leis imigratórias de 1938, subjugado ao presidente da Republica com a finalidade de orientar, ordenar e instituir a política imigratória brasileira.
 8. Nuncio Aluisio Masella a Maglione, Rio de Janeiro, 31/7/1939, in *ADSS*, vol. VI, p. 118.
 9. Grosser ao nuncio Orsenigo, Hamburgo, 1/9/1939, in *ADSS*, vol. VI, pp. 133-134.
 10. Concordo com John Morley segundo o qual este esforço foi considerado pelo Vaticano como o projeto de auxílio mais importante nos dois primeiros anos da guerra. Veja Morley acima citado p. 22.
 11. Nuncio Masella a Maglione, Rio de Janeiro, 28/6/1939, in *ADSS*, vol. VI, pp. 99-100; Berning a Maglione, Osnabruck, 20/7/1939, in *ADSS*, vol. VI, pp. 108-110.
 12. O Brasil insistia que os que viessem por intermedio da concessão ao Papa fossem de religião católica. Segundo as palavras de Hildebrando Accioly, embaixador em Roma, "O Brasil não faz questão da raça só da religião", in *ADSS*, vol. VI, p. 252.
 13. Embaixada do Brasil (Roma) a Secretaria de Estado do Vaticano Roma, 4/3/1940, in *ADSS*, vol. VI, pp. 253-254; Accioly a Maglione, Roma, 30/9/1940, in *ADSS*, vol. VI, p. 423.
 14. Bernardini a Maglione, 6/6/1939, in *ADSS*, vol. VI, pp.95-96.
 15. Taffi a Maglione, 5/6/1939, in *ADSS*, vol. VI, pp. 92-94.
 16. O nuncio escreveu que "A invasão no Chile de um grande número de judeus e católicos não arianos produziram um grande problema. Entrando com a escusa de dedicarem-se a agricultura virerem-se ao comércio nos grandes e pequenos centros apoderando-se do comercio as custas dos comerciantes já existentes". Laghi a Maglione, Santiago, 18/1/1940, in *ADSS*, vol. VI, p. 222.
 17. Dom Odon de Wurtemberg a Maglione, New-York, 14/11/1940, in *ADSS*, vol. VI, pp. 469-470.
 18. Veja acima ref. 6, pp. 80-109; e no livro de TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza, *O Antisemitismo na era Vargas (1930- 1945)*, São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 327-333.
 19. *ADSS*, vol. VI, pp. 500-501; 524-525.
 20. Menningen, secretario geral da sociedade São Raphael, a Maglione, Roma, 2/12/1940, in *ADSS*, vol. VI, pp. 500-501.
 21. Notas da Secretaria de Estado, Roma, 2/1/1941, in *ADSS*, vol. VI, pp. 525-526.
 22. AVNI, Haim, *Judíos en América*, Madrid, Ed. Mapfre, 1992, pp. 275-276.

23. Vaticano, 18/2/1941, in *ADSS*, vol. IV, pp. 389-398.
24. Grober, arcebispo de Fribourg, ao Papa Pio XII, in *ADSS*, vol. VIII, pp. 238-239.
25. *ADSS*, vol. VIII, p. 304, nota de rodapé n. 4.
26. Nuncio de Lima Cento a Maglione, Lima, 13/12/1941, in *ADSS*, vol. VIII, pp. 381-382.
27. Veja AVNI, Haim, "Latin America and the Jewish Refugees: Two Encounters, 1935 and 1938", in *The Jewish Presence in Latin America*, ed. by J. Elkin; G.Merx, Boston, 1987, pp. 45-68.
28. LAQUEUR, Walter, *O Terrível Segredo*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980. WYMAN, David S., *Abandonment of the Jews*, New York, Pantheon Books, 1984, pp. 19-61.
29. Telegrama de Harold Tittmann ao Dep. de Estado (30/7/1942), Foreign Relations of the United States 1942, III, p.772-3, publ. por FRIEDLANDER, Saul, *Pio XII e a Alemanha Nazi-Documentos*, Lisboa, Livraria Morais, 1967, pp. 112-113.
30. *Idem.*, p. 116.
31. Valeri a Maglione, Vichy, 7/8/1942, in *ADSS*, vol. VIII, p. 615. Citado por Morley, *op. cit.*, pp. 55-56.
32. Telegramas com notícias sôbre o assassinato de milhares e planos de exterminar todos os judeus foram enviados a tôdas as capitais dos países latinoamericanos em 1/12/1942. Veja, por ex., *Nuestro Diario* (Guatemala) de 2/3/e 4/12/1942.
33. *ADSS*, vol. VIII, p. 756, nota de rodapé n. 1.
34. *Ibid.*, p. 757.
35. Veja CONWAY, *op. cit.*
36. FRIEDLANDER, *op. cit.*, pp. 107-108, e comentarios a respeito em MORLEY, pp. 56-57.
37. *ADSS*, vol. VIII, p. 627, nota de rodapé n. 4.
38. *ADSS*, vol. IX, p. 498.
39. Montevideo, 14/10/1943, in *ADSS*, vol. IX, p. 502.
40. La Paz, 18/11/1943, in *ADSS*, vol. IX, p. 567.
41. AVNI, Haim, "Patterns of Jewish Leadership in Latin America During the Holocaust", in *Jewish Leadership During Nazi Era*, ed. by Randolph Braham, City University of N.Y., 1985, pp. 87-125.
42. Nathan Eck foi o primeiro a investigar esta questão, "The Rescue of Jews with the Aid of Passports and Citizenship Papers of Latin American States", in *Yad Vashem Studies*, vol. I, 1957. David Wyman e Bernard Wasserstein escreveram a respeito sob a perspectiva das potencias aliadas enquanto Haim Avni esclareceu-nos sobre o potencial de salvação sob o prisma dos países latinoamericanos: "The War and the Possibilities of Rescue", in *The Shoah and the War*, Asher Cohen, Yehoyakim Cochavi, Yoav Gelber, eds.; Peter Lang, N.Y., 1992, pp. 373-392.
43. PORAT, Dina, *An Entangled Leadership - The Yishuv & the Holocaust, 1942-1945* (versão hebraica), Tel-Aviv, Am Oved, pp. 281-284; WASSERSTEIN, Bernard, *Britain and the Jews of Europe 1939-1945* (versão hebraica), Tel-Aviv, Am Oved, pp. 185- 191.
44. A. Silberschein descreveu ao nuncio Bernardini, sôbre a demissão do consul peruano J.M. Barreto, in *Yad Vashem Archives (YVA)*, M 20/69, sôbre o consul paraguayo, in M 20\20 e nos livros acima citados.
45. Veja AVNI, Haim, *op. cit.*, pp. 384-388; *ADSS*, vol. X, p. 246.
46. Carta de A. Silberschain, Genève, 7/1/1944, in *YVA*, M 20\20. Haviam judeus com passaportes latinoamericanos nos campos de Vittel, Bergen Belzen, Tittmonig, Liebenau e Bolsenberg.
47. *ADSS*, vol. IX, p. 638, nota de rodapé. Veja tb. vol. X, pp. 232-233.
48. WASSERSTEIN, *op. cit.* e WYMAN, David, *The Abandonment of the Jews*, N.Y., Pantheon Books, 1984 pp. 277-278.
49. *ADSS*, vol. IX, pp. 637-638; vol.X, pp. 238, 243.
50. *ADSS*, vol. X, pp. 238; 252.